

Subsídios para a história da *Monarquia do Norte* em Ponte de Lima^[†]

José Aníbal Marinho Gomes^[*]

Após o assassinato do Presidente da República Sidónio Pais a 14 de Dezembro de 1918, os acontecimentos políticos precipitaram-se vertiginosamente. Domingo, dia 19 de Janeiro de 1919, pelas duas horas da tarde, na cidade do Porto, concentravam-se junto ao Monte Pedral os contingentes de todos os corpos da guarnição de Infantaria 6 e 18, Cavalaria 9, Artilharia 5 e 6, do Grupo de Metralhadoras, da Guarda Republicana e da Polícia, entre outras forças. Aí, sensivelmente à mesma hora, o coronel Henrique Mitchell de Paiva Cabral Couceiro, montado a cavalo, coloca-se no meio do quadrado formado pelas tropas, o alferes Calainho de Azevedo empunhou uma bandeira azul e branca, que foi desfraldada, tendo o major Plínio Satúrio Braga Pires lido uma histórica proclamação aos soldados^[1], assinada por Paiva Couceiro e por mais oito oficiais do exército. A banda da Guarda toca então o *Hino da Carta* e o coronel Paiva Couceiro passa uma revista às tropas e estas desfilam em continência e apresentam armas à bandeira. É assim declarada a restauração da monarquia, à uma hora e meia dessa tarde, pelas forças da guarnição militar do Porto, em nome de Sua Majestade o rei D. Manuel II, sem ter sido disparado um único tiro.

Em Ponte de Lima, logo às primeiras horas da manhã do dia 20 de Janeiro de 1919 (segunda-feira, dia da feira quinzenal), começou a notar-se um movimento pouco habitual de automóveis, militares e civis com bandeiras monárquicas. Cerca das dez horas da manhã, alguns cidadãos locais dirigiram-se

aos Paços do Concelho para arvorar a bandeira azul e branca. Neste local, onde estava destacada a Guarda Republicana, deu-se uma pequena escaramuça, o que levou ao encerramento do habitual mercado^[2].

A administração do concelho não tinha ainda comunicação oficial da proclamação da monarquia ocorrida, na véspera, na cidade do Porto, pelo que se manteve fiel às instituições republicanas, até que por volta das três horas da manhã de terça-feira, dia 21 de Janeiro de 1919, entrou nesta vila uma força da Guarda Nacional do Porto. Perante a presença deste contingente, a administração do concelho, a Guarda Republicana e uma força de Infantaria 3, que estava de guarda aos Paços do Concelho, efectuem a sua rendição^[3].

Após este facto, começam a repicar festivamente os sinos de todas as torres da vila e a ouvir-se já, nas ruas, várias manifestações de alegria por parte da população local, que aclamava de forma efusiva a restauração da monarquia.



— Fig. 1

Paços concelhios de Ponte de Lima em postal ilustrado da primeira década do século XX, revelando de modo geral o aspecto que preservavam aquando dos acontecimentos da *Monarquia do Norte*. AMPL.

Pelas duas horas da tarde o número de participantes nestas manifestações era já considerável. Por volta das três horas e perante a assistência de muito povo, é hasteada, nos Paços do Concelho, a bandeira azul e branca, ao som do *Hino da Carta*, interpretado por uma banda de música, que antes de se dirigir para este local percorreu as ruas da vila, sendo saudada por muitas pessoas que se encontravam às janelas, sobretudo por muitas senhoras que alegremente acenavam com lenços^[4].

Depois desta cerimónia, e já com a bandeira nacional completamente hasteada, das janelas da Câmara Municipal usou da palavra, na qualidade de administrador do concelho, o Dr. Francisco Teixeira de Queirós, que proclamou a restauração da monarquia e indicou as seguintes individualidades para fazerem parte da nova Câmara:

Presidente – Dr. Alexandre Pereira de Sá Sotomaior;

Vice-Presidente – Dr. José de Sá Coutinho (Aurora);

vogais – António Noronha de Abreu Coutinho (Paço de Vitorino), P.^o António Luiz Fernandes, João Soares Lima, P.^o José Cândido de Carvalho e João de Sousa Lobato^[5].

Segundo as mesmas fontes, a multidão presente aclamou com muito entusiasmo todos os nomes indicados para a nova edilidade, seguindo-se o lançamento de muito foguetes, ouvindo-se os sinos que, de hora a hora, tocavam festivamente^[6].

Pela uma hora da tarde do dia 23 de Janeiro de 1919, chegou a Ponte de Lima, via telegrama, a notícia de que Lisboa se tinha rendido. O povo saiu à rua, tendo-se iniciado uma grandiosa manifestação pelas artérias da vila, na qual se incorporaram milhares de pessoas de todos os estratos sociais. Os sinos repicavam festivamente e os foguetes eram bem audíveis.

Várias janelas e edifícios foram prontamente engalanados com colchas e retratos de el-rei D. Manuel II. À frente da multidão iam duas bandas de música, que percorreram todas as ruas da vila, dando vivas à monarquia, à família real, a D. Manuel II e a Paiva Couceiro — atingindo, por vezes, um entusiasmo indescritível, tal era a alegria e ordem dos manifestantes, que empunhavam bandeiras azuis e brancas.

Integraram o cortejo as alunas do Colégio de Meninas da rua Vasco da Gama^[7], e a multidão, ao passar em frente ao referido colégio e tomar conhecimento de que estava ali a estudar uma prima do coronel Paiva Couceiro, ficou francamente entusiasmada.

Os edifícios públicos já ostentavam a bandeira azul e branca, assim como muitas casas particulares onde também era possível ver iluminações.

À noite, pelas nove horas, na Praça de Camões, organizou-se um grande cortejo, com duas bandas de música à frente de uma multidão imensa, que percorreu as ruas da vila ao som do *Hino da Carta*, e de muitos foguetes, e do repicar dos sinos de todas as igrejas e capelas da vila, com vivas à monarquia, a D. Manuel II, a Paiva Couceiro^[8].

Às quatro horas e meia do dia 26 de Janeiro de 1919 chegou à Praça de Camões o Governador Civil do distrito, major Martinho Cerqueira, onde era esperado pela Banda dos Artistas desta vila, Associação dos Empregados no Comércio, Grémio Operário, Bombeiros Voluntários, Guarda Nacional, grupo de civis, funcionários públicos e um grande número de pessoas de todas as classes sociais. A este respeito, o articulista do jornal *Cardeal Saraiva* escreve o seguinte:

[s]inceramente dizemos que não nos recorda de ter assistido a tamanha demonstração de regozijo, manifestação essa que, sempre na melhor ordem e animação, se prolongou até cerca das 2 horas do dia seguinte, quando deixaram de tocar de festa os sinos e o relógio oficial^[9].

O Governador Civil dirigiu-se então aos Paços do Concelho para dar posse ao novo administrador do concelho, o Dr. Francisco de Araújo Mimoso e durante o percurso foi constantemente ovacionado pela população.

Após vários oradores terem usado da palavra, no final desta cerimónia, o Governador Civil foi descerrar a Coroa que encimava as armas nacionais, retirada após a implantação da república, encaminhando-se posteriormente para o sobredito colégio da Rua Vasco da Gama^[10], onde discursou da varanda, para uma grande multidão que se encontrava em frente ao edifício. Terminado este discurso dirigiu-se à casa dos condes de Aurora, onde o esperava um aprazível copo de água, seguindo depois para a capital do distrito.

Acompanhavam o Governador Civil as alunas Maria Armanda Pereira Dias de Oliveira Carvalho (filha dos viscondes de Fraião) e uma prima do Coronel Paiva Couceiro, Maria Salette Vilardebó de Matos.

Em telegrama enviado ao coronel Paiva Couceiro, o Governador Civil, major Martinho Cerqueira referia:

[f]oi uma significativa prova dos sentimentos monárquicos do povo d'aquela região, tão quente e calorosa, que a ofereço a V. Ex.^a como uma das mais brilhantes e patrióticas expansões do coração genuinamente português^[11].

Cumprindo o preceituado no *Código Administrativo* de 4 de Maio de 1896 (em vigor no tempo da monarquia), a nova Comissão Administrativa Municipal de Ponte de Lima, tomou posse no dia 30 de Janeiro, como consta da acta da tomada de posse da Comissão Administrativa de Ponte de Lima, nomeada pela Junta Monárquica do Porto, e por escrutínio secreto realizou-se a eleição do presidente e vice-presidente, ficando assim constituída:

Presidente: Dr. Francisco Casimiro de Abreu Pereira Maia;

Vice-Presidente: Dr. Francisco Xavier Teixeira de Queiroz Coelho de Almeida e Vasconcelos;

Vogais: Dr. Alexandre de Sá Sotomaior, Dr. José de Sá Coutinho (Aurora), Dr. Francisco de Magalhães Barros de Araújo Queiroz, Padre António Luís Fernandes e Padre Manuel Martins Lobo^[12].

Note-se que alguns dos elementos desta comissão, que constam da acta da tomada de posse, são diferentes daqueles indicados pelo Dr. Francisco Teixeira de Queiroz, administrador do concelho, e citados pelo jornal *Cardeal Saraiva*.

O presidente da Comissão Administrativa, Dr. Francisco Casimiro de Abreu Pereira Maia, fez então um discurso ao povo de Ponte de Lima, e no final o relógio municipal tocou festivamente.

No dia 1 de Fevereiro de 1919 a Câmara mandou celebrar, na igreja matriz, solenes exéquias por alma de D. Carlos I e de D. Luís Filipe, cumprindo o disposto no decreto n.º 15 do *Diário da Junta Governativa do Reino*, n.º 3,

de 23 de Janeiro, que declarava de luto nacional e feriado o dia 1 de Fevereiro, ordenando que os órgãos do poder autárquico mandassem celebrar solenes exéquias em honra de D. Carlos I e do Príncipe Dom Luís Filipe^[13].

A 14 de Fevereiro de 1919 foi reimplantada a República em Ponte de Lima.



— *Fig. 2*

Aspecto actual do imóvel que alojou o Colégio de Meninas da rua Vasco da Gama, na-
quela que é hoje designada Rua do Arrabalde
de São João de Fora. Fotografia do autor.



— *Fig. 3*

Francisco Casimiro de Abreu Pereira Maia,
eleito para presidir à Câmara Municipal de
Ponte de Lima pela Comissão Administrativa
Municipal, esta nomeada pela Junta Monár-
quica do Porto. AMPL.

Sabe-se que, antes de partir para o exílio, o Dr. Francisco de Abreu Maia esteve refugiado na casa de Sá, do seu amigo António de Araújo Mimoso. Terá sido por necessidade das circunstâncias do momento, uma vez que corria a notícia de que as fronteiras se encontravam encerradas. Embora fossem adversários políticos, acima de tudo prevaleciam a amizade e a consideração recíprocas que nutriam um pelo outro. Mais tarde, seguiu rumo à vizinha Galiza, vivendo com algumas dificuldades na Corunha e em Santiago de Compostela, devido ao congelamento dos bens que integravam o património de sua casa. Conseguiu apenas vender a antiga quinta de Catezim, em Santa Maria de Rebordões, que lhe garantiu o sustento até ao seu regresso a Portugal nos começos do Estado Novo. O Dr. Francisco Teixeira de Queirós exilou-se na Holanda; já o Dr. José de Sá Coutinho, conde de Aurora, esteve exilado na Argentina, de onde regressou em 1923.

As novas autoridades republicanas apressaram-se a suspender os seguintes professores, por terem acatado a junta governativa do reino: Justina de Melo Pereira de Sousa, Merícia Venusina de Brito e Rita de Melo da Gama e Vasconcelos, da escola central desta vila; Júlia de Araújo Magalhães, da freguesia de Souto; Isaura da Cruz Lopes e João da Cruz Lopes, da de São João da Ribeira; Maria Azevedo Evangelista, da de Fornelos e António de Pádua Barbosa, da de São Martinho da Gandra.

O republicano *Commercio do Lima*, na sua edição do dia 16 de Março, escrevia o seguinte sobre esta suspensão: “[a] notícia causou sensação, por a medida governativa se basear apenas no referido acatamento, o que de resto fizeram, se não todos, pelo menos quase todos os funcionários públicos no norte do país”^[14].

[†] O presente texto é o resultado de uma conferência proferida na 3.ª edição da tertúlia *Reais Conversas com...*, subordinada ao tema “*Monarquia do Norte — 100 anos...*”, realizada a 17 de Maio de 2019 no auditório da Casa da Terra, em Ponte de Lima.

[*] Investigador independente; membro do Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade de Lusófona do Porto, do Instituto

Cultural Galaico Minhoto, da Associação Brasileira de Pesquisadores de História, etc.

[1] “Soldados! Tendes diante de vós a Bandeira Azul e Branca! Essas foram sempre as cores de Portugal, desde Afonso Henriques, em Ourique, na defesa da nossa terra contra os Moiros até Dom Manuel II mantendo contra os rebeldes africanos os nossos domínios em Magul, Coolela, Cuamato, e tantos

outros combates que ilustraram as armas portuguesas. Quando em 1910 Portugal abandonou o Azul e Branco, Portugal abandonou a sua história! E os povos que abandonam a sua história são povos que decaem e morrem. Soldados! o Exército é, acima de tudo, a mais alta expressão da Pátria e, por isso mesmo, tem que sustentá-la e tem que guardá-la nas circunstâncias mais difíceis, acudindo na hora própria contra os perigos, sejam eles externos ou internos, que lhe ameacem a existência. E abandonar a sua história é erro que mata! Contra esse erro protesta, portanto, o Exército, hasteando novamente a sua antiga Bandeira Azul e Branca. Aponta-vos Ela os caminhos do Valor, da Lealdade e da Bravura, por onde os portugueses do passado conquistaram a grandeza e a fama que ainda hoje dignifica o Exército de Portugal perante as nações do Mundo! Juremos segui-la, soldados! E ampará-la com o nosso corpo, mesmo à custa do próprio sangue! E com a ajuda de Deus, e com a força das nossas crenças tradicionais, que o Azul e Branco simbolizam, a nossa Pátria salvaremos! Viva El-Rei D. Manuel II! Viva o Exército! Viva a Pátria Portuguesa!” Discurso publicado in *Diário da*

Junta Governativa do Reino de Portugal, n.º 1, Porto, 19 de Janeiro de 1919, p. 1.

[2] *Cardeal Saraiva*, ano 8, n.º 363, 23 de Janeiro 1919, p. 1.

[3] *Ibid.*

[4] *Ibid.*

[5] *Ibid.*

[6] *Ibid.*

[7] *Ibid.*

[8] *Cardeal Saraiva*, ano 8, n.º 364, 30 de Janeiro 1919, p. 1.

[9] *Ibid.*

[10] Este colégio funcionou no edifício que, após o seu encerramento, acolheu sucessivamente o Hotel Universal e a Assembleia Limarense. Posteriormente, instalou-se aí a Escola Preparatória António Feijó. Actualmente, o edifício encontra-se desocupado e degradado, aguardando reabilitação.

[11] *Cardeal Saraiva*, ano 8, n.º 364, 30 de Janeiro 1919, p. 1.

[12] AMPL, Livro de actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima 1918-1923, fl. 81^v.

[13] *Ibid.*, fls. 81^v-90.

[14] *O Commercio do Lima*, 2.ª série, ano 13, n.º 601, 16 de Março de 1919, p. 1.

Fontes e bibliografia

Fontes Manuscritas

AMPL, Livro de actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima 1918-1923

Fontes impressas

Cardeal Saraiva, ano 8, n.º 363, 23 de Janeiro de 1919

—, n.º 364, 30 de Janeiro de 1919

O Commercio do Lima, ano 13, n.º 601, 16 de Março de 1919

Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal, n.º 1, 19 de Janeiro de 1919